

TEMA DA SEMANA

NOVAS ORIENTAÇÕES

CONTESTAÇÃO ■► Professores lamentam falta de condições para implementar actividades extracurriculares ■► Aulas de substituição têm novo conceito e deixam de ser pagas como até aqui

Escolas sem espaços para ocupar alunos

■ Fernando Basto

A falta de espaços condignos para a organização de actividades educativas extracurriculares parece ser o grande óbice à implementação das novas orientações do Ministério da Educação (ME). Se no 1.º ciclo apenas um terço das escolas pode ver o seu horário alargado, nos restantes níveis a organização de actividades educativas de ocupação de alunos parece estar mais voltada para a de mais fácil implementação: as aulas de substituição. Na verdade, essas aulas – as de “actividade educativa” que são dadas por um docente de outro grupo disciplinar – poderão ser o rastilho para o agravamento dos protestos dos professores. O ME não as quer considerar como trabalho extraordinário e, portanto, irá recusar o direito ao seu pagamento, até aqui imposto por lei.

A criação de actividades extracurriculares, que mantivessem os alunos mais tempo nas escolas (no caso do 1.º ciclo) ou que ocupassem os estudantes na ausência de um professor (nos restantes níveis de ensino), encontrou – ao longo da primeira semana de aulas do novo ano escolar – problemas relacionados com a falta de instalações.

No 1.º ciclo, das 7500 escolas existentes no país, só cerca de 2500 poderão prolongar o seu horário até às 17.30 horas.

Nos 2.º e 3.º ciclos e Secundário, o despacho n.º 17387, de 12 de Agosto, veio elencar uma série de actividades educativas que podem ser oferecidas pelas escolas “na situação de ausência imprevista do respectivo docente a uma ou mais aulas”.

Ocupar professores

Actividades em salas de estudo, clubes temáticos e actividades oficiais, musicais e teatrais são algumas das sugeridas. Gestores escolares e professores mostram-se dispostos a implementá-las, mas a falta de espaços em escolas superlotadas torna a tarefa praticamente impossível.

Assim, à falta de outra solução, muitas escolas têm recor-



Só um terço das escolas do país poderão prolongar o horário até às 17.30 horas

■ Ficha

■ Mais do que 21 horas

O “Panorama Educativo” de 2005 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) veio mostrar que os professores portugueses estavam, em média, em 2003, menos horas na escola do que os seus colegas dos restantes países. O estudo mostrava que um professor dos 2.º e 3.º ciclos passava na escola 766 horas anuais divididas por 36 semanas lectivas, o que equivalia a 21 horas semanais. Hoje, contudo, a situação está alterada. Os professores estão a dar às escolas entre uma a oito horas da componente não lectiva do seu horário semanal.

rindo a aulas de substituição como forma de manter os alunos ocupados nas salas de aula e, simultaneamente, dar ocupação aos docentes, obrigados, agora, a passar mais tempo no estabelecimento de ensino.

Do desagrado quer dos alunos, quer dos professores, as aulas de substituição começam a criar um clima de mal-estar nas escolas. Se por um lado criticam o ME por estar a desrespeitar a sua dignidade profissional, por outro as organizações sindicais querem ver essa tarefa considerada como trabalho extraordinário lectivo e, assim, dando direito à respectiva retribuição, tal como está estipulado no Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Contudo, o JN apurou que o ME irá enviar às direcções regionais de Educação uma “clarificação” acerca do que deve ser entendido como “aula de substituição”.

“As aulas de substituição são aquelas que são dadas por um docente do mesmo grupo disciplinar e no seguimento do planeamento diário da turma”, revelou Elsa de Barros, assessora de imprensa do ME. Assim, apenas as aulas que se encaixem neste conceito darão origem a pagamento. Mesmo assim, para que tal aconteça, haverá outra condicionante: o professor deverá ter um horário completo.

Sindicatos contestam

No dia-a-dia das escolas, a substituição de professores ausentes tem sido feita por colegas das mais diversas disciplinas. As aulas resumem-se a uma ocupação do tempo da responsabilidade do professor substituto. Segundo Elsa de Barros, esta ocupação dos alunos deve ser designada não por “aula de substituição”, mas antes por “actividade educativa”.

João Dias da Silva, secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, contesta o facto de os professores estarem a ser tratados como uma espécie de “bombeiros, sem qualquer dignidade profissional”. Quanto ao novo conceito criado pelo ME, classifica-o como um subterfúgio para não cumprir com o estipulado na lei e pagar aos professores.

Por seu turno, José Manuel Costa, dirigente da Federação Nacional dos Professores, criticou, também, a forma como os docentes estão a ser tratados, “sendo obrigados a estar nas escolas sem tarefas definidas e apenas aguardando que outro colega falte”.

Ambos os dirigentes afirmaram que caso o ME mantenha a sua recusa em não pagar as horas de substituição, irão recorrer às instâncias jurídicas para que seja cumprido o que estipula o ECD.

ALFREDO CUNHA